

Editorial

Dayane Muhlbeier Saleh

Mestranda, Universidade Federal do Paraná – UFPR

Editora-chefe da RECP

Abrimos esta edição deixando nosso profundo agradecimento, em nome de todos os membros da RECP, à Naiara Sandi de Almeida Alcantara, nossa ex editora-chefe. A partir do trabalho que ela realizou na revista, conseguimos fazer com que as edições voltassem a ser publicadas com periodicidade, mantendo o nível de publicações. Temos um profundo agradecimento pela sua dedicação à RECP e seguimos com a missão de dar continuidade à revista. Desejamos muito sucesso em sua trajetória.

O primeiro número de 2022 é composto de sete artigos - dois sendo de demanda contínua - mantendo o nosso padrão por edição. Este volume conta com cinco artigos que compõem o Dossiê: Minorias Sociais na Ciência Política. Sabemos que a construção da Ciência Política, enquanto campo disciplinar e área de atuação, sofre o impacto de entraves classistas, identitários, raciais, étnicos, sexuais, regionais, geracionais e de gênero. Por isso, esta edição se volta a dar visibilidade às minorias e fortalecer a construção - conjunta - de uma Ciência Política menos branca e menos masculina. Sabemos que o caminho ainda é longo, mas que podemos contribuir no cenário em que estamos.

Abrindo o número temos o texto *ENTRE A SUB-REPRESENTAÇÃO E O TOKENISMO: UMA ANÁLISE DO GÊNERO E DA RAÇA NAS ELEIÇÕES DE 2020 NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO*, que discute, à luz dos princípios e valores da economia solidária, a pedagogia do trabalho associado como princípio educativo e analisa vivências e experiências de catadores e catadoras de recicláveis na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em suas lutas por trabalho, cidadania e reconhecimento social.

O segundo artigo *ÉTICA LIBERAL E AS MODIFICAÇÕES DAS RELAÇÕES GERACIONAIS*, realiza uma discussão acerca da sensação de atemporalidade nas sociedades orientadas pela ética liberal, e procura apontar, a partir da sociologia compreensiva de Max Weber, como essa sensação vem modificando as relações geracionais.

Na sequência, o terceiro artigo, *INFLUENCIADORES E ATIVISMO DIGITAL: O USO DO TWITTER NA DENÚNCIA DO CASO DA CHACINA DO JACAREZINHO*, tem como problema central a identificação de como denúncias e construções de debates sobre violações de direitos humanos ocorrem nas redes sociais, sendo analisado o caso das reações na rede social Twitter da chacina do Jacarezinho, ocorrida no dia 06 de maio de 2021.

Já o quarto texto, *MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS DE CATADORES E CATADORAS DE RECICLÁVEIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE EM SUAS LUTAS POR TRABALHO, RECONHECIMENTO SOCIOPOLÍTICO E CIDADANIA*, discute, à luz dos princípios e valores da economia solidária, a pedagogia do trabalho associado como princípio educativo e analisa vivências e experiências de catadores e catadoras de recicláveis na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em suas lutas por trabalho, cidadania e reconhecimento social.

O quinto texto do dossiê, *MINORIA SIM, MAS POLÍTICO PROFISSIONAL TAMBÉM: PERFIL E PRESENÇA DOS DEPUTADOS FEDERAIS BRASILEIROS AUTODECLARADOS PRETOS NAS*

REDES SOCIAIS DIGITAIS DA 56ª LEGISLATURA (2019-2023), busca entender a presença digital dos vinte e um deputados federais autodeclarados pretos na 56ª legislatura (2019-2023) da Câmara dos Deputados brasileira e como ela pode estar relacionada às variáveis sociopolíticas. Essa elite é analisada a partir do repositório de dados eleitorais do TSE, assim como a presença no Facebook, Twitter, Instagram e YouTube e, então, é construído um índice de presença digital.

O sexto artigo - este e o seguinte de demanda contínua - *POPULISMO PENAL NO DISCURSO PARLAMENTAR: O DEBATE DA VIOLÊNCIA POLICIAL NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (2019-2021)*, analisa o enquadramento e as disputas discursivas em torno das polícias e dos casos de racismo policial. Qual a posição dos parlamentares sobre os casos de violência policial? O objetivo do texto, para além de ter um panorama geral, é mapear a racionalidade dos discursos que utilizam o populismo penal como retórica.

Por fim, o sétimo texto *O DESLOCAMENTO DE DECISÕES POLÍTICAS PARA O STF: UMA ANÁLISE DAS ADIS ENTRE 2010 E 2019* trata sobre o padrão de deslocamento de decisões políticas para o Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs), entre os anos de 2010 e 2019.

Agradecemos a todos os autores que escolheram a RECP como meio de divulgação de suas pesquisas e desejamos a todos uma ótima leitura!

Curitiba, agosto de 2022.